

Economia social/solidária: uma alternativa do sistema capitalista

Maria Cristina Meloni GUARIDO¹

Reinéro Antonio LÉRIAS²

Resumo: O presente artigo procurou trazer um pouco da história da Economia Social/Solidária, suas causas e conseqüências, pois, uma vez que a crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção, essas alternativas econômicas devem sustentar-se em modelos alternativos que adquiram caráter, que reflitam os interesses dos trabalhadores e que respondam às condições de viabilidades e perduração, visto tratar-se a economia social/solidária de uma ideologia que ganha força a cada dia no mundo todo e, que busca resgatar o papel social das ciências econômicas.

Palavras-chave: Economia, Capitalismo, Social, Solidária.

Partimos da constatação que a sociedade contemporânea se embasa em dois grandes projetos, dentre outros modelos, os sociais e o epistemológico, que provocam visões e ações contraditórias, ou seja, o capitalismo e o cooperativismo.

O modelo social capitalista é o dominante nas relações sociais, nos modos de produção e de troca de bens e serviços, na formação cultural e política, na configuração educacional, na relação com a natureza e na perspectiva de futuro, predominando valores como concorrência e competitividade, valores estes que se supõe geram liberdade e competência humana.

O capitalismo tem como premissa básica à defesa incondicional da propriedade privada dos meios de produção em detrimento da valoração do ser humano, sendo a mais-valia a razão da organização social da produção. Esta é a vértice do capitalismo na linguagem marxiana, a produção e apropriação individual das riquezas, ou seja, a mais-valia absoluta e relativa. Tudo isso em nome de sua lógica maior: a produção de mercadorias.

¹ Maria Cristina Meloni Guarido, Mestre em Comunicação, Doutoranda em Educação, Diretora e Professora da Faculdade Corporativa Cespi – UNICESPI e Professora da Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo SP.

² Reinéro Antonio Lérias, Doutor em História Econômica, Professor Titular do Curso de Direito das Faculdades Integradas de Ourinhos e Professor Adjunto da FAFIJA/Jacarezinho PR.

São estas as leis predominantes do capitalismo, que de um lado provocam a exclusão social, a pobreza, o desemprego e, de outro lado à concentração de riqueza em forma de capital financeiro, de terras e de indústrias.

O sistema capitalista é organizado no modo de produção que se assenta na propriedade privada dos meios de produção, na apropriação individual dos valores que são produzidos de forma coletiva e cooperativa. Se no mercado de produção capitalista, a produção ocorre também de forma cooperativa, faz-se mister entender que é sob esta égide que discutiremos esta nova configuração social, ou seja, uma nova economia que saiba produzir e distribuir eqüitativamente: a economia social e solidária.

O texto que se segue, terá como embasamento teórico, o livro *La Economía Social Europea: o la tentacion de la democracia em todas las cosas*, de Thierry Jeantet, 1999. O livro é uma importante descrição de uma realidade econômica cada vez mais importante em nossa sociedade e faz uma dimensão europeia estabelecendo fragmentos descritivos da força econômica e sua presença social. Thierry Jeantet descreve a economia social como conjunto diversificado e dinâmico composto por microempresas, grandes empresas, cooperativas, associações de ajuda mútua, sociedades trabalhistas, microassociações locais, fundações, centros especiais de emprego, sendo este um setor que está presente em quase todos os setores das atividades econômicas. É, portanto, sobre estes prismas que o presente artigo pretende discorrer.

Economia social: um pouco da história

Num mundo de necessidades crescentes, em que a maioria das pessoas não controla e nem participa da gestão dos meios e recursos de produção de riquezas, um numero significativamente grande fica sem acesso à remuneração, portanto, excluído do mercado capitalista. Em contraposição a esta economia capitalista, a economia social se configura na construção de uma sociedade mais justa, participativa, viável economicamente enquanto produção e distribuição de riquezas, firmando-se numa sociedade alicerçada na cooperação, interação, colaboração e sustentabilidade.

Jeantet explica que a economia social tem como objetivo considerar a economia como um meio e não como um fim, sendo o mercado e o capital

instrumentos, portanto, sua finalidade é responder às necessidades concretas do indivíduo, favorecendo seu desenvolvimento como pessoas. (1999, pág. 35).

Segundo este autor, economia social não é:

[...] medida da forma como se mede o capitalismo, em termos de salários, receita, etc., mas seu produto integra resultados sociais com ganhos econômicos indiretos, como, por exemplo, o caso de pessoas incapacitadas sendo cuidadas em seus lares e não em hospitais; o grau de solidariedade entre pessoas de diferentes grupos etários em uma vizinhança (JEANTET, 1999, pág. 35).

E arremata: “(...) a economia social é mais bem entendida em termos do resultado que acrescenta consideravelmente àquilo que a economia tradicional não sabe como ou não quer medir³”.

Na visão do autor, as cooperativas, as associações de ajuda mútua (mutualismo), e as associações, cada uma a sua maneira, pretendem criar riqueza social, (acesso mais fácil a serviços e produtos, possibilidade do assalariado participar diretamente nas atividades econômica, promover a solidariedade entre seus membros e autonomia da empresa frente às “sacudidas” financeiras). Parafrazeando-o, isto são “valores que fazem o bem”.

Os primeiros teóricos e as experiências iniciais da economia social aparecem no início do século XIX, em reação à brutalidade da revolução industrial. Saint-Simon (1771-1858) esboça a visão de um sistema industrial cujo objetivo seria buscar o bem-estar às classes trabalhadoras unidas em associações de cidadãos, e a redistribuição eqüitativa das riquezas. À mesma época, Charles Fourier (1772-1837) criaria o falanstério, onde a repartição dos bens se dá segundo o trabalho entregue, o capital empregado e o talento. Fourier inspirou os solidaristas franceses, convencendo-os de que uma sociedade mais justa confiará nos sistemas mutualistas e, que uma sociedade organizada em mutuas e associações profissionais, permite ao indivíduo não estar isolado, portanto, viver em grupo e aceitar regras coletivas.

Pierre Proudhon (1809-1865), crítico radical da propriedade privada, defendia a capacidade dos homens em organizar-se, para tanto, propunha uma revolução industrial social, a sociedade progressiva. Defendendo que o melhor meio

³ Thierry Jeantet apud. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DA PARAÍBA. Amor ao próximo e Responsabilidade Social. Disponível em: <http://www.pgj.pb.gov.br/curadorias/noticias/palestra_amor_ao_proximo_e_responsabilidade_social>

para se chegar à sociedade progressiva, que pregava, seria através do mutualismo, embasando-se na troca em espécie. Defendia também, a idéia das “associações de trabalhadores se oporem ao feudalismo industrial das sociedades capitalistas”. (JEANTET, p. 27)

Inversamente, Frédéric Lê Play (1806-1862), descreve uma sociedade renovada através de uma corrente católica, ou seja, uma economia social que tem como pressuposto à conciliação da comunidade, da propriedade e do patrocínio, é defensora das sociedades de socorro mútuo, das associações de trabalhadores, porém, defende a hierarquia e a obediência aos chefes naturais, sendo esta, uma grande fonte de inspiração da economia social – o cristianismo social⁴.

A economia social difere de uma sociedade fundada sobre o lucro, pois, reúne estruturas muito diferentes quanto ao tamanho e à natureza de suas atividades, tendo a forma de mutualidades, de cooperativas, de associações ou de fundações na França, na Itália, na Espanha e na Alemanha, ou organizações de auto-ajuda, de instituições de caridade, de organizações voluntárias não lucrativas na Grã-Bretanha. (JEANTET, 1999).

Essas instituições compartilham princípios, objetivos e exigências sociais, sendo a independência em relação ao Estado, a filiação voluntária dos sócios, a estrutura democrática de poder (uma pessoa, um voto), o caráter inalienável e coletivo do capital da empresa e a ausência de remuneração do capital, seus princípios e o fornecimento de bens e serviços, ao menor custo, de forma a servir ao interesse dos associados, ou seja, assegurar um serviço de interesse geral que o Estado não pode (ou não quer) assumir, seu objetivo fundamental.

Em relação às exigências sociais, elas impõem que essas instituições não somente respeitem as leis trabalhistas, mas também contribuam através de sua organização eqüitativa, para o desenvolvimento, educação e formação de todos os que ali trabalham: assalariados ou voluntários.

Os caminhos da economia social são freqüentemente evocados para tratar os desafios contemporâneos, em particular às crises do emprego e a da previdência nos países industrializados, como os problemas ligados aos ajustes estruturais que afetam a maior parte das economias em desenvolvimento.

⁴ JOOL, Janos. Anarquistas e Anarquismos. Tradução de Manuel Vitorino Dias Duarte. Lisboa: Dom Quixote, s/d.

Segundo um estudo publicado pela Comissão Europeia em 1997 estima-se que, dos 370 milhões de habitantes da União Europeia, ou seja, uma média de 25 milhões pertença a uma cooperativa, a uma mutualidade ou a uma associação. Levando em conta o fato de que uma mesma pessoa pode estar ligada a várias delas, mais de 30% da população são membros de uma organização ou empresa de economia social⁵.

Economia social, economia solidária, insere-se num contexto europeu mais geral, francês em particular, sendo sua relação com o Estado social, na Europa, construído através das experiências associativistas, resultando daí o papel importante que pode desempenhar essas iniciativas solidárias na sua capacidade para contribuir com a geração de novos modos de regulação da sociedade, pois elas são capazes de gerar formas inéditas de ação pública.

Sobre esse aspecto, é sempre oportuno lembrar o fato de que foram exatamente as experiências associativistas da primeira metade do século XIX, na Europa – em particular as chamadas sociedades de socorro mútuo – que primeiro conceberam a idéia de uma proteção social (JEANTET, 1999 p.64).

A economia social x modo de produção capitalista

A literatura atual sobre a economia solidária converge em afirmar o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. Retomando a teoria marxista da transição e analisando, sob esse prisma, (...) estarmos diante da germinação de uma nova “forma social de produção”, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista. Extrai, por fim, as conseqüências teóricas e políticas desse entendimento, posto que repõe, em termos não antagônicos, a presença de relações sociais atípicas, no interior do capitalismo (GAIGER⁶. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/txt/tersetor.doc> . Acesso em: outubro/06).

⁵ Mais detalhes buscar <http://www.ecosol.org.br/txt/alibi.doc> Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo? Jean-Loup Motchane.

⁶ Luiz Inácio Gaiger, é Doutor em Sociologia, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (e-mail: gaiger@helios.unisinos.br). Esse trabalho – “*A economia Solidária diante do modo de produção capitalista*” é fruto de pesquisa em parceria com a Cáritas Brasileira – Regional RS, a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio, de Porto Alegre, e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, com apoio do CNPq e da FAPERGS.

Os empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, são fatores que aparecem em escala global e são iniciativas que representam economicamente uma opção para os segmentos sociais de baixa renda, são alternativas de mudanças sociais, que passaram a integrar a chamada economia solidária, que Gaiger denomina como sendo: “Uma alternativa para os excluídos, os trabalhadores, um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares, etc.: uma alternativa ao aprofundamento das iniquidades, às políticas de corte neoliberal, ao próprio capitalismo” (GAIGER, 2005. Disponível em: http://br.geocities.com/mcros07/20050117a_a_economia_solidaria_diante_do_modos_de_producao_capitalista.htm . Acesso em: outubro/06).

A divergência está no fato de que alguns teóricos (Triba, 1997; Singer, 2000; Verano, 2001), classificam economia social/solidária como um novo modo de produção não capitalista. Ora, se o modo de produção capitalista conforme consta nos escritos de Marx constitui-se dos elementos e das formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extraírem os meios de sua existência social (MARX, 1974, capítulo 1), e que essa produção tem como premissa fundamental a geração de riqueza, isto é, compreende igualmente a circulação de troca de bens; como designar economia social como produção não capitalista, uma vez, que a singularidade se baseia na produção de riqueza. Portanto, pode-se dizer que a economia social/solidária é um expediente e não um novo modo de produção utilizado para amenizar a exploração desumana ditada pela lógica do capitalismo.

Economia social/solidária – caminhos e auxílio para o desenvolvimento

Buscam-se freqüentemente, os caminhos da economia social para tratar dos desafios contemporâneos como as crises do desemprego e as providências que os países industrializados tomam em relação aos problemas referentes aos ajustes estruturais que afetam suas economias.

Neste contexto, surge à figura do “terceiro setor” que Melo Neto e Froes (2001, p.23), classificam como sendo “o setor constituído pelas Organizações Não-Governamentais, associações voluntárias ou organizações sem fins lucrativos”,

ficando a cargo de Peter Drucker, a definição que mais se aproxima da realidade atual, ou seja, “uma nova esfera da economia, denominada economia social”, que segundo o mesmo “foi o setor que mais cresceu, movimentou recursos, gerou empregos e foi o mais lucrativo na economia norte-americana nos últimos vinte anos”. (apud MELO NETO E FRÓES, 2001, p. 23).

O fenômeno relacionado ao aumento de poder dos grupos privados transnacionais e multinacionais que Furtado⁷, classifica-se como sendo:

O processo de realocização de atividades produtivas, com concentração de renda em escala planetária, reforçando a concentração do poder econômico e a exclusão social [...] que tem como conseqüência, a degradação do tecido social com o aumento da criminalidade e enfraquecimento da coesão comunitária (apud MELO NETO E FROES, capítulo 1).

Isso está relacionado à ideologia do bem-estar social e a filosofia do pleno-emprego que cederam lugar ao novo modelo de globalização e sua respectiva lógica e racionalidade, engendrando “intotum”, todo tipo de exclusão social.

A título de ilustração, citamos as diferenças que Melo Neto e Froes apontam entre a antiga e a nova lógica econômica.

Figura 1. Antiga x nova lógica econômica.

Racionalidade econômica tradicional	Nova realidade econômica
Seu principal agente é o estado e as empresas nacionais	Seu principal agente são a empresas transnacionais e multinacionais
É definida no espaço nacional	É definida em termos globais
Fortalece o sistema econômico nacional	Fortalece o sistema econômico mundial
O núcleo decisório esta no Estado	O núcleo decisório está fora do estado
Domínio do político sobre o econômico	Domínio total do econômico
Emergência de movimentos sociais	Desaparecimento dos movimentos sociais
Baseia-se na idéia de solidariedade social	A solidariedade social perde seu fundamento econômico
Fortalecimento das forças sociais	Enfraquecimento das forças sociais
Maximização das vantagens relativas próprias	Maximização das vantagens tecnológicas

⁷ FURTADO, Celso. “O longo amanhecer; reflexões sobre a formação do Brasil”. Paz e Terra, SP, 1999, p. 19.

Prevalece a visão macroeconômica baseada em políticas públicas	Prevalece a visão de mercado baseada nas estratégias das empresas transnacionais e multinacionais
--	---

Fonte: Melo Neto, Francisco P e César, Froes. “Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O caso Brasileiro”. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2001, p. 5.

Analisando esta nova realidade econômica, os autores afirmam que as vantagens relativas à mão de obra barata e recursos naturais abundantes cedem lugar às vantagens tecnológicas, que diminuem o trabalho e eliminam empregos, que as políticas públicas, perdem importância, restando ao mercado, o poder de senhor absoluto desta nova realidade, o que leva a uma nova realidade social que é o contraponto da nova realidade econômica. O poder de mercado é tão grande no capitalismo globalizado que o próprio Estado-Nação vive a sua pior crise, a ponto de estar sendo substituído pelo chamado Estado-Mercado, conforme é demonstrado por Philip Bobbitt⁸ em obra recente. São palavras suas:

[...] Não obstante, esta obra não é nem uma história da guerra nem um trabalho de jurisprudência. Pelo contrário, sua preocupação básica e com a relação entre a estratégia e a ordem jurídica – como tal relação moldou e transformou o Estado moderno e a sociedade composta pelo conjunto desses Estados. Uma nova forma de Estado (o Estado-Mercado) está surgindo deste relacionamento, mais ou menos do mesmo modo que surgiram as formas anteriores, desde o século XV: Como consequência da guerra. Essa que foi a quinta grande guerra momentosa da história moderna teve início em 1914 e encerrou-se apenas em 1990. A longa guerra, como as guerras momentosas que a antecederam, engendrou uma forma de Estado – o Estado-mercado. A forma anterior (a ordem constitucional do Estado-nação) encontra-se em xeque por toda parte. (2003, p. 12).

Diante desta realidade, afirmam os autores, que para que não sejam submetidas a uma crise social sem precedentes, é necessário que se adapte a realidade social com as características da nova realidade, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 2. As características da nova racionalidade social.

Nova Racionalidade social

⁸ **BOBBITT**, Philip. A Guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos na formação das nações. Tradução de Cristina Assis Serra. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

1. A as empresas como principais agentes.
2. Foco na comunidade e não na sociedade.
3. Ênfase na prática da solidariedade empresarial e não local ou regional.
4. Desenvolvimento da comunidade a partir das ações sociais empresariais.
5. A empresa como grande investidor social, e não o Estado ou a sociedade.

Fonte: Melo Neto, Francisco P e César, Froes. "Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O caso Brasileiro. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2001, p.7.

Na visão dos autores, nesta nova economia deverá prevalecer a estratégia da fragmentação, caso que já vem ocorrendo com as cadeias produtivas, ou seja, cada unidade produtiva global interage com a comunidade mais próxima, preferencialmente situada em seu entorno, formando-se as cooperativas, as associações e, até mesmo, as pequenas empresas prestadoras de serviços que geram aproveitamento de mão de obra local, minimizando assim, o fantasma do desemprego e da exclusão social, uma vez que a racionalidade econômica enfraquece a sociedade (provoca o desemprego) e a racionalidade social desenvolve a comunidade (gera empregos).

Cooperativismo: A busca do trabalho.

A revolução tecnológica e a globalização, ao mesmo tempo em que aumentam a eficiência e a capacidade produtiva das organizações, aumentam também os índices de desempregos, subempregos e informalidades, o que resulta na necessidade de se encontrar na economia, a possibilidade de melhora da qualidade de vida.

O cooperativismo modifica a perspectiva e as relações de geração de emprego e de renda, pois são empresas de caráter distinto e que combinam lógicas sócio-coletivas e eficiência empresarial, ou seja, operam em relação ao mercado em forma de interação e solidariedade social, necessitando, portanto, de apoio institucional, tecnológico e financeiro, uma vez que, as cooperativas geram empregos e produzem efeitos econômicos na medida em que se tornam empresas sustentáveis.

Caracterizando economia social/solidária como "um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva [...] que remunerem o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade"⁹, podemos

⁹ TAUILE, José Ricardo e DEBACO, Eduardo Scotti. Auto Gestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br?scholar?hl>>

dizer que a autogestão qualifica-se como sendo parte da indústria da transformação, que os autores classificam como um “ideal de democracia econômica e gestão coletiva a ser perseguido”, portanto caracterizando-se como a “empresa que tem iniciativas concretas e situa-se dentro de um patamar mínimo de organização”.

A autogestão trata-se de um movimento social, “mais ou menos organizada” que se diferencia do cooperativismo tradicional, que no Brasil ainda é classificado como uma forma de “precarização das relações de trabalho”. A autogestão é vista hoje como uma forma de devolver ao trabalhador parte daquilo que o capitalismo lhe foi tomando ao longo dos tempos, com isso, o minimizando o que Marx chamou de subsunção real do trabalho, ou seja, criando formas coletivas de propriedade coletiva, superando o modo formal de trabalho no limite do próprio capitalismo.

No Brasil, a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), é a entidade precursora deste movimento, criada na década de 90, período de entrada de políticas neoliberais no país e em outros países em desenvolvimento.

O lado “negro” da autogestão, que os pesquisadores denominam como sendo negativo, se baseia no fato de que as pessoas que detêm esses bens, por um lado adquirem um grande patrimônio pessoal, mas, por outro, muitas vezes, possuem reduzido grau de instrução formal, particularmente àqueles que ocupam cargos gerenciais. Conhecimento prático e tácito esses cooperativados possuem, o que falta é um conhecimento técnico e experiência para questões mercadológicas e macro-industriais, o que somados as dificuldades naturais do mercado torna-se um agravante na direção de se construir um quadro de administradores com competência para gerir as novas e inovadoras situações. Pontos esses, que não diminuem o mérito de se estar trabalhando com o que é seu, de poder estar participando das decisões gerenciais, pois, a autogestão proporciona a vantagem de se estar protegendo a empresa de certos riscos que as empresas convencionais correm, sendo fonte indubitavelmente positiva, a transparência, o que evita fraudes inerentes às convencionais.

A educação e a organização dos trabalhadores para gerenciar de forma positiva e democrática essas empresas, têm recebido atenção especial do movimento social e dos pesquisadores.

Na perspectiva de ser dono do negócio, surgia à dúvida: o que é mais importante, ter o controle da gestão ou o controle dos meios de produção? [...]. Existem casos de os trabalhadores gostarem tanto da gestão empresarial que assumem o controle da empresa como gestores empresariais e se recusam a responder enquanto verdadeiros donos coletivos da empresa. O caminho é educar os proprietários coletivos para que assumam o controle da gestão. Não é por outra razão que a Anteag investe 70% da sua força na educação dos gestores. Não adianta ter o controle da empresa senão se tem controle da gestão (ANTEAG, 2000, p. 22, apud TAUILE e DEBACO).

A realidade econômica e social está em constante mutação e a necessidade de novas interpretações da ciência econômica se torna necessário, pois, como bem frisou Celso Furtado em sua obra *Em busca de novos modelos – Reflexões sobre a crise contemporânea*, 2002 p. 69, “A evolução das estruturas de poder no capitalismo avançado escapa aos esquemas teóricos que herdamos do passado”. Em suma, ao encerramos esta parte do artigo, necessário se faz recorrer, mais uma vez, das palavras de Furtado (apud Dowbor)¹⁰ que ao se dirigir ao estudante de economia enfatiza que o mesmo: “haverá lido de forma assistemática muito material sobre desenvolvimento econômico, conquanto nem sempre tenha encontrado conexão clara entre essas leituras e a realidade”, pois, para Dowbor, “todos sentimos o hiato crescente entre o que estudamos, ou ensinamos, e as dinâmicas sociais. A teoria já não ilumina adequadamente o caminho”.

“O ar que respiramos é mundial, portanto, a economia também” (JEANTET, 1999, p. 84). Com esta passagem e a título de esclarecimentos das idéias de Furtado, podemos dizer, amparados por Jeantet, que a globalização é algo relativamente recente e que, portanto, é um “mal” que se faz necessário, pois, é “inútil correr ou protestar a torto ou a direito, é impossível imaginar outras naturezas”, pois a globalização se impõe e com isso, impõe-se também um mercado global, onde a economia se torna desigual, visto que, ao generalizá-la, generaliza-se também a distribuição das necessidades, onde o “muito” fica nas mãos de “poucos” criando, portanto um mercado-rei.

A mundialização e a globalização não são moldes uniformes, imóveis, de uma só peça. Podem servir internamente como política segura ou desculpa para os danos econômicos e sociais. Não há um

¹⁰ Ladislau Dowbor, “Democracia Econômica – horizonte das teorias” 2006. Disponível em: <http://dowbor.org/default.asp>.

imperativo natural que deriva deste processo. A globalização está longe de haver suprimido as realidades territoriais locais, o que é de suma importância para toda uma série de agentes. Para tanto, há que se observar como característica, que muitas organizações e empresas consentem com fatos desta natureza (JEANTET, 1999, p. 84-85).

Esse tipo de mercado tem se propagado na Europa Central e Oriental, mesmo que gerando dúvidas entre os governantes, têm servido de meta para nova vida da economia mundial, política e social, pois, parte-se do pressuposto que o desmembramento das grandes instituições (multinacionais e transnacionais) é fator de distribuição de oportunidades, o que particularmente não deixa de ser verdade, pois entendemos que o cruzar fronteiras, promove o deslocamento, que os cientistas políticos classificam como “economia do conhecimento”, porém hoje, essa chamada oportunidade dá-se à custa do “aproveitamento” do trabalho desqualificado, o que Marx define como sendo “algo análogo que se passa na sociedade burguesa, onde em geral um Banqueiro¹¹ desempenha um papel importante e fica reservado ao simples ser humano uma função inferior” (MARX, 1968, p. 51).

Neste contexto, sendo a globalização um “perfume de moda, porém não tão novo”, conforme define Jeantet (p.85), é cômodo utilizar esta metáfora para explicar as disparidades ocorridas mundialmente em relação à distribuição de riquezas e, esconder suas debilidades. A globalização é “onipresente” (ibidem), portanto, é cada vez mais evidente o valor do dinheiro provocado pelas mudanças tecnológicas, o que faz com que os produtos e/ou serviços ultrapassem fronteiras com rapidez e facilidades sem precedentes, sendo essas terminologias, a ruptura com o passado.

Conquanto a obra de Jeantet tenha sido o fio condutor do presente artigo, temos consciência plena de que o fenômeno da globalização tem sido objeto de várias leituras, nem sempre concordantes entre si, sobretudo no tocante ao corte cronológico.

Autores há, por exemplo, que vêem a globalização como fenômeno recente, relativamente conforme assevera o próprio Jeantet. Enquanto outros recuam no tempo até o século XIV-XV quando da Revolução Comercial e Expansão Marítima-comercial europeia, um deles é Giovanni Arrighi em “O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo”. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 1996, outros ainda interpretam a globalização como sendo o crepúsculo do próprio Estado

¹¹ A titulação Banqueiro se revela como sendo, neste texto, a figura das grandes organizações.

na medida em que ele é o demiurgo do capitalismo, como é o caso de Immanuel Wallerstein em “Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo”. Trad. Ricardo Aníbal Rosenbuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Considerações finais

Enquanto a economia capitalista mundial reforça o modelo de disparidades e exclusões sociais, estudiosos de economia nos mostram que o caminho pode ser trilhado de maneira diferente, ou seja, uma corrente que responda às necessidades das pequenas e médias empresas – normalmente cooperativas e associações de ajuda mútua, (empresas autogestoras), realçando que esta corrente (ajuda política/financeira) proporcionada, quando bem empregada provoca diferenças imensas em relação à saúde, educação e principalmente melhores condições de produção, o que sem duvida, gerará riqueza.

A China é exemplo recente de que essa corrente apontada como “possível” solução pelos pesquisadores econômicos, se torna relevante quando apoiada por facções políticas e economias privadas.

As cidades e vilas canalizaram os seus preciosos recursos para a geração de riqueza, e havia forte competição pelo sucesso. Os habitantes das cidades e vilas podiam ver o que acontecia com seus fundos. Sabiam se havia empregos sendo criados e se a renda aumentava. Novas indústrias na China foram localizadas em áreas rurais. Isto ajudou a reduzir a tensão social que inevitavelmente acompanha a industrialização. Esta China que lançou as fundações de uma Nova Economia em cima das instituições existentes, mantendo e fortalecendo o seu capital social (STIGLITZ¹² apud DOWBOR, 2006).

Na Alemanha¹³ as poupanças familiares não são confiadas a investidores institucionais para especulação, mas sim, colocadas nas mãos de pequenas caixas de poupanças existentes em cada cidade e vila, para gerenciamento.

Mohammad Yunus¹⁴, conhecido como o banqueiro dos pobres, de Bangladesh é considerado o “pai dos pobres” por fazendo uso do que lhe era

¹² Joseph Stiglitz, *Globalization and its discontents*, W.W. Norton & Cy., New York , 2002 – publicado no Brasil com o título *A Globalização e seus Malefícios*, Ed. Futura. Autor citado por Dowbor no artigo: Democracia Econômica: Um passeio pelas teorias. Disponível em: <http://dowbor.org/06demoecobnb.doc>.

¹³ Outro exemplo interessante citado por DOWBOR, 2006.

peculiar, isto, uma instituição financeira, um meio de amenizar as “desgraças” que assolaram seu país.

São atividades como essas elencadas, que não se constituem de uma totalidade, mas meros exemplos de que ir além do lucro é possível e ao mesmo tempo rentável, pois, quando atividades econômicas de área social como saúde, educação, cultura e outros, tornam-se parte do processo de produção, o conceito de pobreza muda, deixam de existir os “miseráveis” que sobrevivem da “bondade” humana com “esmolas” e passa a existir a classe trabalhadora, cooperativados, associados e outras tantas formas de instituições que promovem ao ser humano participar deste processo produtivo (também gerador de riquezas) e, “sobreviver” com um mínimo de dignidade.

Neste trabalho, procuramos, ainda que grosso modo, trazer um pouco da história da Economia Social, suas causas e conseqüências; esperamos ter contribuído (mesmo que superficialmente) para a sua compreensão, pois não há dúvidas que as atividades sociais são uma forma capitalista de se prestar serviços sociais, pois a saúde tem que chegar a todas as pessoas, a educação, a todas as crianças sob a forma de prestação de serviço personalizada envolvendo uma produção diferenciada daquelas exercidas em fabricas com maquinarias e operários. Não se estoca saúde e educação em prateleiras de almoxarifados, para que seja colocada no mercado no momento certo. Por traz da visão solidária que esses temas remetem, há sem duvida alguma a função precípua do capitalismo, ou seja, o dinheiro.

Uma vez que a crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção, essas alternativas econômicas devem sustentar-se em modelos alternativos que adquiram caráter, que reflitam os interesses dos trabalhadores e que respondam as condições de viabilidades e perduração, uma vez

¹⁴ Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz – 2006 - junto com seu banco, o Grameen, é conhecido como "o banqueiro dos pobres" e considerado o grande mentor do microcrédito destinado aos desfavorecidos de Bangladesh. Professor de economia, Yunus começou a combater a pobreza após uma mortífera fome que assolou seu país. Em 1976, fundou um pequeno banco que se propunha a oferecer acesso ao crédito aos mais pobres. O conceito do banco Grameen (que significa povoado) foi exportado para mais de 40 países. Seu sistema de "microcréditos" permite aos muito pobres ter acesso a pequenas quantidades de dinheiro. O banco Grameen conta com 6,5 milhões de clientes em Bangladesh, 96% deles mulheres. Yunus já concedeu microcréditos no total de 5,7 bilhões de dólares. Mediante esta ajuda aos mais desfavorecidos de Bangladesh, em particular a agricultores sem terra, o banco Grameen busca romper o círculo vicioso da exploração dos mais pobres pelos agiotas, explica o banco. Os camponeses que têm acesso aos microcréditos compram equipamentos e obtêm maior autonomia, artigo extraído site: <http://noticias.uol.com.br/2006/10/13/htm>

que a economia social/solidária trata-se de uma ideologia que ganha força a cada dia no mundo todo e que busca resgatar o papel social das ciências econômicas.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Traduzido por Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 1996.

BOBBITT, Philip. **A guerra e a paz na história moderna: o impacto dos grandes conflitos na formação das nações.** Traduzido por Cristina Assis Serra. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

JEANTET, Thierry. **La economía Social Europea: o la tentación de la democracia em todas las cosas.** 2. ed. Traducción al español por Raquel Boix y Maria José Miquel de la version original francesa de 1999. CIRIEC: Espana.

JOOL, Janos. **Anarquistas e anarquismos.** Traduzido por Manuel Vitorino Dias Duarte. Lisboa: Dom Quixote, s/d.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Traduzido por Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. V. 1: O processo de produção capitalista.

MELO NETO, Francisco P de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo.** Traduzido por Ricardo Aníbal Rosenbuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CONSTRUINDO A REDE BRASILEIRA DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. Rio de Janeiro: PACS. 48P. (Série Semeando a Socioeconomia, 4) Disponível em: <<http://www.anteag.org.br/>>. Acesso em: 20 de out. 2006.

COOPERATIVISMO E POLITICA PARA O TRABALHO: Contribuição da FASE para o Encontro do Governo do Estado com o Movimento Cooperativista do Estado do Rio de Janeiro – junho de 1999. Disponível em: <<http://www.ifil.org/rccs/biblioteca/cooperativismo2.htm>>. Acesso em: 20 de out. 2006.

DOWBOR, Ladislau. Democracia Econômica – horizonte das teorias. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/default.asp>>. Acesso em: 20 de out. 2006.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/bib2.htm>> Acesso em: 21 de out. 2006.

MIGLIARO, Luis Razeto. Os caminhos da economia de solidariedade. Traduzido do espanhol por Cláudio A. Barrá M. Disponível em: <<http://www.economiasolidaria.net/textos/>>. Acesso em 21 de out. 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DA PARAÍBA. Amor ao próximo e Responsabilidade Social. Disponível em: <[http://www.pgj.pb.gov.br/curadorias/noticias/palestra amor ao proximo e responsabilidade social.](http://www.pgj.pb.gov.br/curadorias/noticias/palestra_amor_ao_proximo_e_responsabilidade_social.)>. Acesso em: 27 de out. 2006.

MOTCHANE, Jean-Loup. Economia social e economia solidária: álibi ou alternativa ao neoliberalismo? Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt/alibi.doc>>. Acesso em: 27 de out. 2006.

O MUNDO DIPLOMÁTICO. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2004/11>>. Acesso em: 28 de out. 2006.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. III Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo, promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), realizado na cidade de Cuiabá-MT, de 06 a 09 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 28 de out. 2006.

PORTUGAL. Reforçar o papel da economia social. Disponível em: <<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos>>. Acesso em: 28 de out. 2006.

SINGER, Paul. Solidariedade na economia: uma alternativa à competição capitalista. Disponível em: <<http://twiki.im.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/Entrevista>>. Acesso em: 30 de out. 2006.

TAUILE, José Ricardo e DEBACO, Eduardo Scotti. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica gerida por trabalhadores. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/bib2.htm>>. Acesso em: 30 de out. 2006.